

## União estima possível perda de R\$ 1,46 trilhão com ações tributárias

Dentre as ações contra a União classificadas como de risco possível ou provável de derrota nos tribunais superiores, 68% são tributárias. As demandas equivalem a R\$ 1,46 trilhão, ou 75% da receita prevista no orçamento do governo federal deste ano.

### Reprodução



Impacto estimado das ações tributárias nas contas públicas é de R\$ 1,46 trilhão

Quase 90% do valor se refere ao eventual impacto de sete processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal e envolvem PIS e Cofins. As informações são da *Folha de S.Paulo*.

Os números estão no [Anexo de Riscos Fiscais](#) da [Lei de Diretrizes Orçamentárias \(LDO\)](#) para 2023. Os dados levam em conta o valor estimado no final de 2021.

A exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins — a chamada "tese do século", [definida](#) pelo STF em 2017 e [modulada](#) no último ano — possui um impacto estimado de R\$ 533 bilhões com compensações e restituições.

Em seguida, a ação com o maior valor em discussão é a que discute quais despesas podem ser enquadradas no conceito de insumos para fins de créditos de PIS e Cofins. O governo federal estima uma perda de R\$ 473 bilhões com a demanda. Ela chegou a ser pautada para julgamento virtual no último ano, mas foi [retirada](#).

Além disso, os riscos fiscais abrangem alguns julgamentos derivados da "tese do século", ainda sem previsão de resolução. Os principais são a inclusão de PIS e Cofins na sua própria base de cálculo (estimativa de impacto de R\$ 65,7 bilhões) e a inclusão do ISS na mesma base (possível impacto de R\$ 35,4 bilhões).

A proposta de reforma tributária apresentada ao Congresso pelo Ministério da Economia em 2020 prevê a substituição do PIS e da Cofins pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), sem as restrições questionadas atualmente na Justiça. O projeto determina que ICMS, ISS e a própria CBS não compõem



a base de cálculo do tributo.

Já as propostas de reforma tributária da Câmara e do Senado, que tramitam desde 2019, buscam a incorporação do PIS e da Cofins em um novo imposto sobre consumo, que incluiria também ICMS, ISS e IPI. Todas as mudanças estão paradas, por falta de acordo.

**Date Created**

26/09/2022